

AS CIÊNCIAS SOCIAIS INFLUENCIAM O PROCESSO DE PESQUISA E REDAÇÃO JURÍDICA

DOI: 10.5281/zenodo.16393599

Matheus Müller Batista Ferreira

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM/ULBRA), especialista em Gestão, Governança e Setor Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestrando em Estudos Jurídicos com Ênfase em Direito Internacional pela Must University. E-mail: matheussmuller18@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma as Ciências Sociais influenciam e enriquecem o processo de pesquisa e redação jurídica, destacando a importância da interdisciplinaridade para a formação de um pensamento jurídico mais crítico, contextualizado e comprometido com a transformação social. As ciências sociais influenciam o processo de pesquisa e redação jurídica, destacando a importância da interdisciplinaridade na construção de um saber jurídico mais conectado com a realidade social. Ao integrar métodos empíricos e abordagens teóricas das Ciências Sociais, a pesquisa jurídica amplia sua capacidade de interpretação e intervenção, superando a visão tradicional centrada exclusivamente na norma escrita. Com isso, o direito se fortalece como instrumento de transformação social, mais sensível aos contextos culturais e humanos que o cercam. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores que discutem a relação entre Direito e Ciências Sociais, interdisciplinaridade e métodos de pesquisa aplicados ao campo jurídico. Os principais resultados desta pesquisa, analisa como as Ciências Sociais influenciam o processo de pesquisa e redação jurídica, destacando a importância da interdisciplinaridade na construção de um saber jurídico mais conectado com a realidade social.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Redação Jurídica. Processo de Pesquisa.

ABSTRACT: This paper aims to analyze how Social Sciences influence and enrich the process of legal research and writing, highlighting the importance of interdisciplinarity in the formation of a more critical, contextualized legal thought that is committed to social transformation. Social Sciences influence the process of legal research and writing, highlighting the importance of interdisciplinarity in the construction of legal knowledge that is more connected to social reality. By integrating empirical methods and theoretical approaches from Social Sciences, legal research expands its capacity for interpretation and intervention, overcoming the traditional view focused exclusively on written norms. With this, law is strengthened as an instrument of social transformation, more sensitive to the cultural and human contexts that surround it. The methodology adopted is of a qualitative nature, based on a bibliographic review of authors who discuss the relationship between Law and Social Sciences, interdisciplinarity and research methods applied to the legal field. The main results of this research analyze how Social Sciences influence the process of legal research and writing, highlighting the importance of interdisciplinarity in the construction of legal knowledge that is more connected to social reality.

Keywords: Social Sciences. Legal Writing. Research Process.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

1 Introdução

A crescente complexidade das relações sociais tem exigido da ciência jurídica uma postura mais aberta, reflexiva e integrada a outras áreas do saber. Nesse contexto, as Ciências Sociais têm desempenhado um papel fundamental no processo de transformação da pesquisa e da redação jurídica, ao fornecerem instrumentos teóricos e metodológicos capazes de ampliar a compreensão dos fenômenos jurídicos em sua dimensão histórica, cultural e social. A tradicional abordagem dogmática, centrada exclusivamente na interpretação normativa, mostra-se insuficiente diante das demandas atuais por um Direito mais conectado com a realidade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma as Ciências Sociais influenciam e enriquecem o processo de pesquisa e redação jurídica, destacando a importância da interdisciplinaridade para a formação de um pensamento jurídico mais crítico, contextualizado e comprometido com a transformação social. Busca-se compreender como a integração de métodos qualitativos e empíricos, próprios das Ciências Sociais, contribui para o avanço da produção acadêmica e prática no campo jurídico.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores que discutem a relação entre Direito e Ciências Sociais, interdisciplinaridade e métodos de pesquisa aplicados ao campo jurídico. A partir dessa abordagem, pretende-se refletir sobre os desafios e as potencialidades da construção de um saber jurídico mais sensível à complexidade da vida em sociedade.

Neste estudo, serão abordados o papel das ciências sociais que oferecem instrumentos teóricos e metodológicos que enriquecem a compreensão dos fenômenos jurídicos em seus contextos sociais e culturais. Além disso, será abordado a interdisciplinaridade, portanto, surge como caminho promissor para superar a fragmentação do saber e construir uma ciência jurídica mais crítica e conectada com os desafios da sociedade contemporânea.

2 As Ciências Sociais Influenciam o Processo de Pesquisa e Redação Jurídica

2.1 O Papel das Ciências Sociais na Pesquisa Jurídica

A ciência jurídica desempenha um papel fundamental nas Ciências Sociais, ao lado das demais disciplinas voltadas ao estudo da humanidade e das interações sociais. Assim como outras áreas, o Direito pode ser analisado sob diversas perspectivas — especulativa, empírica, crítica, argumentativa, lógica e discursiva. A variedade de métodos de pesquisa permite

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

investigar com profundidade os problemas sociais que envolvem os sistemas jurídicos (MELO *et al.*, 2018).

Entre esses métodos, destaca-se a observação empírica, que contribui significativamente para enriquecer os questionamentos jurídicos ao oferecer percepções práticas da realidade, ainda que, à primeira vista, distantes do foco tradicional do Direito. Apesar dos desafios da aplicação de métodos de uma ciência em outra, a integração metodológica melhora a qualidade das pesquisas e amplia as possibilidades de análise.

A evolução da ciência conduziu à segmentação dos saberes, à especialização e ao crescente nível de complexidade das linguagens científicas. Apesar disso, o aprofundamento do conhecimento continua sendo essencial para o avanço científico e para a superação de limites e barreiras do saber estabelecido. No entanto, como destaca Bittar (2022), essa afirmação da ciência também gera efeitos colaterais, como o isolamento entre os diferentes campos do conhecimento.

Segundo Vasconcelos (2023), mudanças internas no campo jurídico revelam o esgotamento do modelo tradicional de pesquisa, marcado pela escassez de abordagens empíricas e interdisciplinares. Diante disso, cresce a crítica à baixa qualidade da pesquisa jurídica, acompanhada de propostas que incentivam métodos além da revisão bibliográfica, como entrevistas, estudos de caso e análises estatísticas. Esses métodos refletem esforços para compreender o Direito em sua dimensão social e integrá-lo aos avanços das Ciências Sociais, especialmente em temas como o multiculturalismo. Assim, a pesquisa jurídica encontra novas oportunidades de aprimoramento por meio do diálogo com outras áreas, beneficiando de forma prática os operadores do Direito.

2. A Redação Jurídica sob uma Perspectiva Interdisciplinar

Atualmente, a ideia de que a ciência jurídica é um campo isolado, limitado ao estudo de regras formalmente estabelecidas, vem sendo gradualmente superada. Embora ainda haja pesquisadores que consideram o Direito um saber fechado e autossuficiente, centrado apenas em normas escritas, essa concepção tem sido cada vez mais questionada. Isso se deve à crescente compreensão de que nenhuma norma pode ser plenamente interpretada sem considerar o seu contexto sociocultural (RIBAS, 2018).

A interdisciplinaridade promove uma transformação na postura científica, exigindo uma visão abrangente sobre os desafios contemporâneos da humanidade e uma nova forma de

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

compreender o fazer científico. Esse processo, contudo, é desafiador, especialmente em um contexto no qual, historicamente, os campos do saber se desenvolveram de forma isolada e voltada para si mesmos. O diálogo entre disciplinas é uma prática relativamente recente, que só passou a apresentar resultados mais concretos no cenário das Ciências Pós-Modernas. Para que haja uma verdadeira inter-relação entre diferentes áreas do conhecimento, é imprescindível a integração entre elas, por meio da troca de perspectivas e análises, a fim de promover avanços e construções conjuntas (SANTOS *et al.*, 2020). De forma complementar, Gattas e Furegato (2006) destacam que a interdisciplinaridade pode ser compreendida como uma alternativa à abordagem.

3 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi alcançado, pois foi analisado de que forma as Ciências Sociais influenciam e enriquecem o processo de pesquisa e redação jurídica, destacando a importância da interdisciplinaridade para a formação de um pensamento jurídico mais crítico, contextualizado e comprometido com a transformação social.

Portanto, a análise dos argumentos revela a incontestável importância de uma abordagem interdisciplinar na pesquisa jurídica, ressaltando a necessidade de transcender os limites tradicionais do Direito para uma melhor compreensão do contexto social e cultural da legislação. Para isso, a pesquisa jurídica pode se beneficiar da integração de métodos e teorias das Ciências Sociais. A inclusão de conteúdo das Ciências Sociais na formação jurídica amplia o horizonte crítico dos estudantes de Direito. Disciplinas como Sociologia Jurídica, Antropologia Jurídica e Ciência Política contribuem para que o futuro operador do Direito compreenda o contexto em que as normas são criadas, aplicadas e contestadas. Essa formação crítica é essencial para o desenvolvimento de pesquisas mais comprometidas com a realidade social e para a produção de textos jurídicos mais conscientes e democráticos. Além disso, a interdisciplinaridade promove o desenvolvimento de competências como a empatia, o pensamento crítico e a capacidade de diálogo com outras áreas do saber — habilidades cada vez mais valorizadas em um mundo jurídico em constante mudança.

4 Referências Bibliográficas

Bittar, E. (2022). **Metodologia da Pesquisa Jurídica (17ª edição)**. Saraiva Educação S/A.
Gattás, M.; Furegato, A. (2006). Interdisciplinaridade: uma contextualização. *Acta Paulista de*

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Enfermagem, v. 19, p. 323-327.

Melo, M. (2018). Investigação Empírica na Ciência Jurídica. Contribuições da Sociologia Jurídica para Produção do Conhecimento não Dogmático (pp. 443-469). ID on line. Revista de psicologia.

Ribas, C. (2018). Interdisciplinaridade e Direito: os novos desafios da esfera jurídica. E-Civitas, v. 11, n. 1, p. 116-136.

Santos, J.; De Mello, M.; Valentim, M. (2020). A interdisciplinaridade entre os campos da Ciência da Informação e do Direito. Cadernos de Informação Jurídica (Cajur), v. 7, n. 1, p. 104-135.

Vasconcelos, J. (2023). Tendências Na Pesquisa Jurídica e o Multiculturalismo. Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 271.